

Acordos, PPA e medidas provisórias marcam as atividades da semana

O Senado retoma as sessões deliberativas, a partir de amanhã, com a votação de acordos internacionais, enquanto o Congresso instala comissões para examinar nove medidas provisórias da pauta da convocação extraordinária. Na Comissão de Orçamento, a matéria mais importante é o Plano Plurianual (PPA)



José Cruz

A Comissão Mista de Orçamento deve iniciar amanhã, a partir das 14h30, o exame do Plano Plurianual (PPA), cuja votação deve se encerrar no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional. Ainda amanhã o Plenário retoma as sessões deliberativas, votando acordo entre o Brasil e a Rússia. Outros tratados internacionais estão na pauta da semana, em que também devem ser instaladas comissões destinadas a analisar nove medidas provisórias que entraram na pauta da convocação.

AGENDA Uma das propostas em exame pelo Plenário do Senado aprova acordo Brasil-Alemanha em benefício da Mata Atlântica e da Amazônia

Página 3

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Senadores debatem mudanças

Lentidão da Justiça preocupa Tebet e Mozarildo. CCJ ouve ministro quarta-feira

A Comissão de Constituição e Justiça realiza audiência pública com o futuro presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, sobre a proposta de reforma

do Judiciário. Em Plenário, os senadores Ramez Tebet e Mozarildo Cavalcanti ressaltaram a necessidade de mudanças que agilizem o funcionamento da Justiça.

Página 5



Genildo Angélio

Governo deve orientar idosos sobre direitos, afirma Paim

O Estatuto do Idoso é auto-aplicável e não precisa ser regulamentado pelo Congresso, afirmou na sexta-feira o senador Paulo Paim, autor da proposta que resultou na lei. Mas, segundo Paim, o governo deve orientar os idosos sobre os novos direitos.

Página 7



ESTÍMULO Romero Jucá elogia as medidas adotadas pelo governo

Romero Jucá: otimismo com o setor elétrico

O setor elétrico tem boas perspectivas com as medidas tomadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na sexta-feira o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele lembrou que a revitalização do setor está contemplada no Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 e salientou que os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estão capitalizando as empresas do setor. Além disso, sublinhou, o BNDES também equacionou a dívida da Eletropaulo.

– Estou otimista quanto ao novo modelo, em que o Estado continua como controlador das maiores empresas de geração de energia elétrica e, ainda, quer investir em novas usinas hidrelétricas de grande porte, com a ajuda de capitais privados – afirmou.

O Estado também deverá organizar, segundo Jucá, a venda de energia por intermédio do Mercado Atacadista de Energia Elétrica. Jucá disse, ainda, que o governo definiu bem o papel da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): o ministério fixa as políticas públicas e a Aneel regulará o mercado.

Agenda

Plenário terá amanhã sessão deliberativa

A sessão de hoje, com início às 14h30, é destinada aos discursos dos senadores e aos comunicados da Mesa. Não haverá votações de matérias. O Plenário realiza amanhã a primeira sessão deliberativa da convocação. Serão analisados três projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais.



CAE continua debate da Lei de Falências

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza amanhã, a partir das 10h, a segunda audiência pública com o objetivo de discutir o projeto de Lei de Falências (PLC 71/03). Foram convidados o diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Sant'anna Bevilacqua; os secretários de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa; e de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Krepel Goldberg.

Comissão examina Plano Plurianual

Amanhã, a partir das 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para examinar e votar o relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) – foto – ao projeto de Plano

Plurianual referente ao período 2004-2007. Serão votados ainda avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pelo órgão.

CCJ discute reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ouve nesta quarta-feira, às 10h, o futuro presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, que fala da proposta de reforma do Poder Judiciário (PEC 29/00), um dos principais itens a serem analisados pelos senadores durante o período de convocação extraordinária.



Conselho premia trabalho de mulheres

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz escolhe amanhã, às 11h30, as cinco candidatas a serem contempladas com a terceira edição da premiação. O conselho, presidido pela senadora Serys Silhessaenko (PT-MT) – foto –, é uma homenagem a mulheres que tenham contribuído na defesa dos direitos da mulher e em questões de gênero. O conselho recebeu em torno de 60 indicações.

Serviço atende ao cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas da população de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. A Câmara dos Deputados também oferece o mesmo atendimento, pelo número 0800 619619.

Violão clássico na TV Senado

O programa *Conversa de Músico* de hoje, às 19h, apresenta o repertório clássico para violão com Fabrício Schlee Eyer. O violonista de 22 anos dedicou sua habilidade ao estudo erudito do instrumento e já tocou em algumas das salas de concerto mais importantes do país.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Sibá defende modelo para a Amazônia

Os investimentos na Amazônia, públicos ou privados, devem observar a inclusão do capital comunitário nos benefícios gerados pela atividade produtiva. Essa é a fórmula para o ordenamento territorial e o desenvolvimento da região sugerida pelo senador Sibá Machado (PT-AC). O modelo, segundo o senador, permitirá o manejo sustentável dos recursos naturais.

A primeira iniciativa nesse sentido, afirma o parlamentar, é a realização de uma reforma agrária que “respeite as especificidades da região”.

O senador destacou a possibilidade de ampliação da produção de madeira. O Ministério do Meio Ambiente, segundo ele, indica que é possível dobrar, em três anos, a produção de madeira sem prejudicar o ecossistema.

– O perfeito uso dessa equação no desenvolvimento da economia florestal resultará na inclusão social, integrando os elos da cadeia produtiva, onde a terra para a exploração esteja prioritariamente nas mãos da comunidade e o processamento da produção nas mãos do capital privado e público – declarou Sibá.

Nesse sentido, Sibá destacou o Projeto de Assentamento Florestal (PAF), do governo federal, que propõe o manejo comunitário da produção madeireira. Somente no Acre, informou o senador, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já reservou uma área que pode receber 1,2 mil famílias, cuja produção seria absorvida pela indústria madeireira.

– O PAF é um bom exemplo de como se pode fazer um ordenamento territorial na região, minimizando a geração de conflitos por terra.



LUTA Sibá Machado quer projetos que não agridem o meio ambiente

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PPA vai à votação. A pendência é o superávit

A Comissão Mista de Orçamento promove amanhã, a partir das 14h30, a discussão e votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional 30/03, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007. Alvo de 2.423 emendas parlamentares, a proposição detalha os investimentos do governo federal para os próximos quatro anos e foi relatada pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que apresentou voto pela aprovação, na forma de substitutivo.

De acordo com o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), o conteúdo do PPA já é praticamente objeto de consenso entre os integrantes do colegiado. O único ponto pendente de acordo é a proposta de Saturnino de reduzir o percentual de superávit primário previsto. Enquanto o governo defende o

aumento da meta de superávit primário, fixada hoje em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), o relator do PPA propõe a redução gradual desse índice a partir de 2005.

Na opinião do relator, “não há razão para manter esse superávit tão elevado”, e a ampliação do volume de investimento público é indispensável ao crescimento do país. Dessa forma, Saturnino propôs que a meta de superávit primário passe de 4,25% para 3,75% do PIB em 2005, reduzindo-se para 3,5% em 2006 e para 3,25% em 2007.

Mais quatro itens compõem a pauta da comissão, entre eles relatórios sobre três avisos ao Congresso Nacional, enviados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), dois deles referentes a obras irregulares e um relativo à prestação de contas da instituição.



DECISÕES Senadores prontos para o período de votações da convocação extraordinária

Senado dá início às sessões deliberativas

Parlamentares votam acordos internacionais amanhã; entre eles, um projeto que combate fraudes aduaneiras

O Senado realiza amanhã a primeira sessão deliberativa da convocação extraordinária. Na pauta, três projetos de decretos legislativos (PDLs), todos sobre assuntos internacionais.

O primeiro item da pauta (PDL 855/03) é um acordo de assistência mútua entre Brasil e Rússia para prevenção, investigação e combate a infrações aduaneiras. O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre a matéria, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), é favorável à sua aprovação.

Em seguida vem o PDL 856/03, um Protocolo de Integração Educacional para o Proseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados-Partes do Mercosul

(Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil). O parecer da CRE, favorável à aprovação, é de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Ainda amanhã o Plenário deve deliberar sobre o PDL 857/03, uma decisão do Conselho do Mercado Comum que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul. O parecer aprovado pela CRE foi relatado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Outros três projetos de decretos legislativos estão previstos para a pauta da sessão deliberativa de quarta-feira. O primeiro, com parecer favorável da CRE apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti, trata do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita. O segundo (PDL 891/03) se refere ao acordo entre Brasil e Nova Zelândia sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo, militar e técnico. O parecer da CRE, de autoria do

senador Pedro Simon (PMDB-RS), também é favorável.

A pauta de quarta-feira se completa com o PDL 892/03, que aprova o acordo para a construção de uma ponte sobre o Rio Acre, nas imediações das cidades de Brasiléia e Cobija, assinado entre Brasil e Bolívia. O parecer da CRE, relatado pelo senador Sibá Machado (PT-AC), é favorável.

Há ainda duas matérias previstas para a sessão deliberativa da quinta-feira. A primeira – com parecer favorável da CRE apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) – é um projeto de decreto legislativo (893/03) que aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica do Mercosul.

Completa a pauta outro PDL (895/03), que aprova o acordo de cooperação financeira entre o Brasil e Alemanha, beneficiando projetos da Mata Atlântica e da Amazônia. O parecer, de autoria de Rodolpho Tourinho, é favorável ao projeto.

José Cruz



CONSENSO Gilberto Mestrinho garante que PPA será aprovado pela maioria da comissão

Gerardo Magalhães



REDUÇÃO Roberto Saturnino sugere superávit primário de 3,75% do PIB em 2005

MPs começam a ser examinadas nesta semana

Está programada para esta semana a instalação das comissões mistas destinadas a examinar as nove medidas provisórias (MPs 152 a 160/03) que fazem parte da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados votou e já encaminhou para o Senado as MPs 136, 137 e 138/03.

Dentre as matérias, as comissões vão examinar a criação de planos de carreira e organização de cargos efetivos das agências reguladoras; a instituição da taxa de avaliação *in loco* das universidades e das condições de ensino dos cursos de graduação; a permissão para que a Fundação

Oswaldo Cruz venda medicamentos; a criação do auxílio-aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem; a regulamentação sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo; e a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

As MPs encaminhadas pela Câmara tratam da transformação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em autarquia; da autorização para que a União permutue Certificados Financeiros do Tesouro; e da regulamentação dos planos de benefícios da Previdência Social.

Comissões permanentes têm atividade intensa

O trabalho dos senadores nas comissões técnicas e no Plenário, desde o primeiro dia da convocação extraordinária do Congresso (segunda-feira, 19), já abrangeu as mudanças na nova Lei de Falências, a reforma do Poder Judiciário, a questão do fichamento de brasileiros e norte-americanos nos aeroportos e portos dos dois países e o projeto que dá prazo de

dois anos para que as empresas se adaptem ao novo Código Civil. Este último projeto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora vai a exame do Plenário.

Outras matérias, como mudanças no Código Tributário e no Código Penal, a questão da demarcação de terras indígenas e a proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica, estão

sendo examinadas pelos senadores. Nas comissões, também foram aprovados acordos internacionais e novas indicações de nomes de embaixadores do Brasil em outros países

Segundo informações da Secretaria-Geral da Mesa, 40 senadores estiveram presentes na Casa no dia 19. Esse número subiu para 59 no dia 20 e para 62 no dia 21.

Márcia Kolme

Cristovam volta, Lando assume Previdência

Essas são as principais repercussões no Senado da reforma ministerial promovida por Lula

As principais repercussões da reforma ministerial no Senado serão o retorno do senador Cristovam Buarque (PT-DF) à Casa, que vinha ocupando o Ministério da Educação, e a saída do senador Amir Lando (PMDB-RO), que irá ocupar o Ministério da Previdência Social. Com essas mudanças, Eurípedes Camargo (PT-DF) re-

torna à condição de suplente de Cristovam e Mário Calixto Filho assume no lugar de Amir Lando.

De acordo com o que anunciou na sexta-feira o presidente Lula, o Ministério das Comunicações será ocupado pelo líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Eunício Oliveira (CE), em substituição a Miro Teixeira (sem partido), que será o líder do governo na Câmara. No lugar de Cristovam, assumirá o secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro. E para o lugar de Tarso será deslocado o ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Vagner.

O líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB), será o secretário de Coordenação Política e Assuntos Institucionais. O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, o novo ministro do Trabalho e Emprego. Já o deputado Patrus Ananias (PT-MG) assumirá um novo ministério, o do Desenvolvimento Social, que unificará as pastas da Assistência e Promoção Social e da Segurança Alimentar e Combate à Fome, ocupadas por Benedita da Silva e José Graziano. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres ficará com Nilcéia Freire, que substituirá a ex-senadora Emilia Fernandes.



MUDANÇAS Cristovam Buarque reassume vaga de senador, enquanto Amir Lando passa a integrar equipe do governo federal



Genildo Magela

Paim diz que não quis atingir presidente da Câmara

O senador Paulo Paim (PT-RS) ocupou a tribuna na sexta-feira para negar que teria feito qualquer ataque pessoal contra o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, em discurso proferido na quinta-feira em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 77/03 (227/04 na Câmara), a chamada PEC paralela.

Paulo Paim informou que fez apenas um relato do acordo político firmado no fim do ano passado para que a Câmara aprovasse as medidas que abrandam as novas normas da Previdência Social, e observou que seria "um escândalo" não votar a emenda constitucional até 13 de fevereiro, data em que se encerra o período da convocação do Legislativo.

– A quebra de palavra, para mim, é questão de honra, ética



PRINCÍPIO Paulo Paim garante que não pode participar "de qualquer tipo de farsa"

e princípio. Portanto, não posso participar de qualquer tipo de farsa. Se a PEC paralela não for aprovada, segundo o acordo firmado entre o Senado e a

Câmara, estou fora. Prefiro encerrar a minha vida parlamentar – desabafou Paulo Paim, para quem a votação da emenda constitucional foi a principal causa da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Paim não quer acreditar que a emenda constitucional seja "a PEC da mentira e da malandragem política". Ele previu que se a proposta não for votada pela Câmara, conforme o acertado, "será um caos". Mas afirmou que as suas preocupações foram amenizadas na noite de quinta-feira após o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), ter ligado para ele e garantido, depois de manter conversa com o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, que a posição do governo "é de total apoio à aprovação da matéria".

O senador pelo Rio Grande do Sul disse, entretanto, que se os deputados desejam aprovar a PEC paralela e se o governo, como relatou Tião Viana, também quer que a matéria seja logo votada, "quem é que está fazendo jogo sujo"? Segundo Paim, a conclusão é de que "alguém está mentindo".

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF), em aparte, manifestou expectativa de que o acordo "chegará a bom termo".

A PEC paralela, salientou Paim, aprovada por unanimidade pelo Senado no fim do ano passado, garante paridade salarial entre ativos e inativos, não permite a cobrança de 11% de aposentados que, comprovadamente, estejam incapacitados em virtude de doença grave e, entre outras medidas, estabelece regras de transição para a aposentadoria.



Célio Azevedo

Heloísa pede desvinculação de seu nome do PT

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) solicitou à Mesa do Senado que o seu nome seja retirado do bloco de apoio ao governo nos documentos oficiais da Casa, sobretudo na ordem do dia, que é distribuída diariamente para os senadores. Ela lembrou que foi expulsa do PT e que atualmente está trabalhando para a criação de um novo partido, ao qual deverá se filiar. Presidindo os trabalhos da Mesa naquele momento, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF), informou que o pedido será atendido.

Tebet nega existência de confronto no Congresso

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) negou na sexta-feira a existência de qualquer confronto político entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Segundo ele, os senadores apenas estão pedindo que seja logo votada e aprovada, ainda no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição 77/03 (227/04 na Câmara), a chamada PEC paralela, da Previdência Social, que,

destacou, ameniza algumas medidas consideradas duras, contidas na proposta original já aprovada. – Por que a PEC paralela não está andando na Câmara dos Deputados? – indagou Tebet, ao solicitar ao presidente daquela Casa, João Paulo Cunha, "que dê o primeiro passo" em direção à aprovação da matéria. Ele salientou que essa PEC foi a principal responsável pela convocação extraordinária do Congresso Nacional. Tebet disse ter certeza de

que só depende da decisão do presidente da Câmara para que a proposta seja aprovada por unanimidade pelos deputados. Ele afirmou que a aprovação da PEC também envolve o Executivo, "porque foi dito na discussão da matéria que o governo concordaria com a aprovação do projeto".

O parlamentar por Mato Grosso do Sul avaliou ainda que a aprovação da PEC paralela pela Câmara coloca em jogo aquilo que considera "coisa muito

séria em política": a concretização de um compromisso assumido. Tebet voltou a observar que a aprovação da matéria é de fundamental importância para corrigir "grandes injustiças" que estão contidas na reforma original, entre as quais a ausência de regras de transição. E também informou que muitos servidores públicos deixaram de se aposentar no ano passado por apenas um dia, o que considera uma enorme injustiça.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Comissão de Justiça inicia esta semana uma série de audiências públicas sobre a proposta. Tebet pede mudanças também na legislação ordinária

CCJ receberá na quarta-feira Edson Vidigal



Edson Vidigal vai assumir a presidência do STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe nesta quarta-feira, às 10h, em audiência pública, o futuro presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, que debaterá com os

senadores a proposta de reforma do Judiciário. A expectativa do relator da matéria, José Jorge (PFL-PE), é que as audiências com outras autoridades sejam realizadas ainda durante a convocação extraordinária do Congresso.

Também já foram convidados a participar de audiências na CCJ o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o atual e o futuro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa e Nelson Jobim, respectivamente. Até o dia 4 de fevereiro, José Jorge estará recebendo sugestões dos integrantes do colegiado relativas à PEC 29/00, passíveis de serem aproveitadas como emendas de relator.

Apesar de o Poder Executivo defender a aprovação da reforma do Judiciário, que tramita há 12 anos no Congresso, durante o período extraordinário, José Jorge argumenta que o Senado não pode ter pressa de votar uma matéria complexa e que ainda demanda profundos debates. O líder do PT, senador Tião Viana (AC), argumenta que a proposição já foi exaustivamente analisada, dispensando, portanto, sucessivos debates sobre o tema.

Violência doméstica

A primeira parte da reunião da CCJ será destinada à discussão do Projeto de Lei da Câmara 102/03, que torna mais rigorosa a punição para os crimes relacionados à violência doméstica.

De autoria da deputada Iara Bernardi (PT-SP), a matéria, que tramita em caráter terminativo, tem parecer favorável da relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Tebet defende súmula vinculante e redução do número de recursos

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu na sexta-feira, em discurso no Plenário, que a reforma do Judiciário se estenda a mudanças na legislação ordinária, de modo a reduzir a quantidade de recursos processuais. Na sua opinião, o excesso de recursos é responsável pela lentidão da Justiça no país. Ele defendeu também a adoção da súmula vinculante e do controle externo do Judiciário.

– Vamos fazer a reforma possível, vamos modificar os códigos diminuindo os recursos processuais, adotando apenas os mecanismos indispensáveis. O Brasil, que começa a vislumbrar horizontes de modernidade institucional e política, não mais admite conviver com mazelas do passado, cujo corolário na esfera da Justiça é a ineficiência e a morosidade – salientou o parlamentar.



MOROSIDADE Ramez Tebet diz que existem processos tramitando há 30 anos

Tebet afirmou que o Poder Judiciário no país necessita de mais recursos humanos e materiais, de forma que os juízes possam, com mais eficiência, garantir a boa aplicação da lei. Ele disse que, com o aumento da complexidade social, “as disputas judiciais vêm irrompendo com rapidez, tenacidade e volume cada vez maiores e exigindo da Justiça respostas cada vez

mais rápidas”.

– Mas a falta de pessoal e deficiências administrativas, além do fluxo quase infinito de instâncias e do cipoal legislativo, acabam entupindo as instâncias judiciárias – observou.

Súmula vinculante

Ao defender a adoção da súmula vinculante, o senador Ramez Tebet disse ser contra o uso desse instrumento em processos que envolvam questões menos objetivas, como nos julgamentos das varas de família ou criminais. A súmula vinculante, prevista na proposta de reforma do Judiciário, em tramitação no Senado, obriga os magistrados das instâncias inferiores a seguirem, em casos similares, as decisões já tomadas por tribunais superiores.

O senador se disse assustado com a informação de que apenas 25% dos brasileiros têm acesso à Justiça e que processos chegam a ficar 30 anos esperando julgamento. Além disso, destacou, há grande sobrecarga

nos tribunais superiores. Apenas em 2002, informou, o Supremo Tribunal Federal examinou 87 mil causas, uma média diária de 42 processos por ministro. Em 2003 foram quase 100 mil. “Desses, noventa por cento correspondem a recursos que poderiam ser decididos em primeira instância”, afirmou.

Quanto ao controle externo do Judiciário, caso seja efetivamente necessário para garantir maior transparência a esse Poder, Tebet defendeu a criação de um Conselho Nacional da Magistratura formado principalmente por membros do próprio Poder.

– Não queremos que o conselho fira a liberdade de julgamento de um juiz. Queremos apenas o controle dos atos administrativos do Judiciário – disse. Tebet, que é advogado e ex-promotor público, aproveitou o discurso para homenagear os juízes do Brasil, a quem chamou de guardiões da lei e do sistema democrático.

Mozarildo vê ingerência do Executivo

Para o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), cabe ao Legislativo a missão de propor e aprovar a reforma do Judiciário, ouvindo a população e setores importantes da sociedade.

Em discurso no Plenário, ele considerou uma ingerência nos poderes do Congresso Nacional a criação de uma Secretaria da Reforma do Judiciário, no âmbito do Ministério da Justiça. O senador também defendeu o relatório sobre a proposta, elaborado pelo então senador Bernardo Cabral.

O parlamentar lembrou que a essência da democracia e da República é a independência entre os três Poderes e a Constituição define claramente as atribuições de Executivo, Legislativo e Judiciário. “Todos reconhecem a necessidade de reformar o Judiciário, mas não podemos aceitar uma reforma proposta pelo Executivo.”

Mozarildo Cavalcanti destacou “a consistência e o profissionalismo” do relatório de



QUALIDADE Mozarildo Cavalcanti elogia o relatório do então senador Bernardo Cabral

Bernardo Cabral, que levou dois anos promovendo audiências públicas e ouvindo todos os setores envolvidos antes de apresentar seu parecer. A seu ver, o novo relator da reforma, senador José Jorge (PFL-PE), “certamente aproveitará esse trabalho primoroso”.

O senador por Roraima disse que, no relatório sobre as causas estruturais da morosidade dos processos e da Justiça em geral,

Cabral deixa claro ser o poder público quem atravanca as instâncias, por causa do excesso de privilégios previstos na legislação e a diversidade de recursos meramente procrastinatórios dos quais as três esferas do Executivo nunca abrem mão.

– Se o Executivo quer mesmo agilizar a Justiça, precisa acabar com essa litigância de má-fé, parando com a verdadeira indústria de recursos. Também o Legislativo deve propor, em sua reforma, a revisão do código processual para limitar essa proliferação inútil de recursos – recomendou o senador.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que os tribunais abarrotados de processos refletem a prática do Executivo de recorrer, em várias instâncias, contra os direitos dos cidadãos, que acabam tendo que apelar ao Supremo Tribunal Federal até para ganhar causas sobre tempo de serviço e aposentadoria.

Proposta traz grandes mudanças

A proposta de emenda à Constituição da reforma do Judiciário altera a organização da Justiça brasileira, afetando áreas tão distintas quanto a carreira dos magistrados, os critérios de nomeação e promoção dos seus membros, o recesso anual, a ampliação do poder dos juízes durante a fase de investigação criminal e a instituição da súmula vinculante, que obriga os juizados de primeira instância a seguirem as decisões desses tribunais superiores.

O texto propõe a mais ampla reforma do Judiciário brasileiro das últimas décadas e tramita no Congresso desde 1992. A matéria já foi debatida na Legislatura passada – quando o seu relator era o então senador Bernardo Cabral –, sendo aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As mudanças previstas na reforma têm como objetivo dar mais agilidade ao Judiciário e ampliar o acesso da população à Justiça brasileira.

Raupp pede a recuperação das rodovias federais em Rondônia

Situação das BRs no estado é mais precária que a verificada no restante do país, afirma senador

Célio Azevedo



APELO Valdir Raupp espera que Ministério dos Transportes apresse realização de obras

Ao solicitar ao Ministério dos Transportes a recuperação das estradas brasileiras que se encontram em situação precária, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu atenção especial para as rodovias federais localizadas em Rondônia. Ele comentou que as BRs daquele estado estão piores do que as do resto do país. Somente na BR-429, informou, que liga a cidade de Presidente Médici até a fronteira com a Bolívia, duas pontes caíram nesse período de chuvas.

— A BR-429 ainda tem 80% de sua extensão sem pavimentação asfáltica e as pontes ainda são de madeira. Como agora está ocorrendo o inverno na Amazônia, a estrada virou um caos. A queda das duas pontes deixou comunidades sem acesso a combustível, a gêneros alimentícios e com dificuldades até para o transporte de pessoas que necessitam de tratamento médico em cidades maiores.

Segundo o senador, no fim do

ano passado o governo federal aprovou a liberação de R\$ 12 milhões para a construção de pontes e a recuperação da BR-429. Ele fez um apelo ao governo estadual para que, em parceria com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), agilize a aplicação dos recursos na execução das obras de melhoria da estrada.

Raupp também falou sobre os transtornos causados pela má condição da BR-364, que serve como via para o transporte da soja produzida em Mato Grosso e escoada pelo Porto de

Itacoatiara, em Porto Velho (RO). Ele testemunhou que a estrada está danificada e esburacada desde o ano passado. Alguns trechos, acrescentou, estão nessa situação há mais de dois anos.

A BR-319, segundo Valdir Raupp, que liga Porto Velho a Manaus, é outra rodovia em situação lastimável. Dos seus 800km de extensão, apenas 170km continuam transitáveis, lamentou o senador. Ele revelou que atualmente as pessoas que precisam transitar entre as capitais do Amazonas e de Rondônia precisam viajar de avião ou de barco, já que por via rodoviária não é mais possível.

A duplicação da BR-101, no trecho que liga os municípios de Palhoça (SC) e Osório (RS), também foi pedida por Raupp. No fim do ano passado o senador passou por esse trecho dirigindo um automóvel e teve que enfrentar um engarrafamento de 25 quilômetros. Ele também registrou que essa estrada é a campeã de acidentes automobilísticos fatais.

▼ Caminho precário

De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), dos dez piores trechos rodoviários do país, três situam-se na região Norte, cinco no Nordeste, um no Centro-Oeste e um no Sudeste. A entidade divulga anualmente a Pesquisa Rodoviária, com avaliação do estado geral de conservação das rodovias.

Segundo o levantamento divulgado no ano passado, 38,8% da malha rodoviária federal e estadual encontram-se com pavimento em estado deficiente, ruim ou péssimo, o equivalente a 18,3 mil quilômetros. Além disso, 40% das estradas (18,8 mil quilômetros) não estão sinalizadas de forma adequada. Por causa disso, o estado geral das rodovias foi classificado como deficiente, ruim ou péssimo em 59,1% da extensão das rodovias. A malha brasileira possui 47,1 mil quilômetros.

A manutenção das rodovias, além de reduzir os acidentes fatais, traz um benefício econômico. Segundo o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), para cada R\$ 1 investido em rodovias, há redução de quase R\$ 3 no custo de manutenção dos veículos.



Célio Azevedo

TRANSPARÊNCIA Para Capiberibe, Roberto Amaral plantou semente

Capiberibe faz elogio a ministro

O senador João Capiberibe (PSB-AP) parabenizou o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral pela implantação, em dezembro do ano passado, do Projeto Transparência, que disponibiliza por meio da Internet todas as despesas empenhadas pelo ministério e pelos órgãos que integram sua estrutura. Ele também elogiou o deputado Eduardo Campos (PSB-PE), que deverá ser empossado como titular da pasta nos próximos dias, por ter prometido não só manter o projeto, mas aperfeiçoá-lo.

— Roberto Amaral deixou uma importante semente plantada para o Brasil, para o cidadão comum que contribui, que paga impostos e não sabe como seu dinheiro é aplicado. Foi a primeira vez que um ministro ousou colocar, com detalhes, todas as informações referentes aos gastos de um ministério — afirmou João Capiberibe.

O serviço disposto na Internet, segundo o senador, permite a qualquer pessoa confrontar os gastos do ministério. Ele disse que fez algumas pesquisas na página e constatou, por exemplo, que um galão de 20 litros de água mineral foi comprado em São José dos Campos (SP) por R\$ 1,70 e por R\$ 2,65 em Belém (PA), pelo Museu Emílio Goeldi.

Na avaliação de Capiberibe, os mecanismos de controle que o Estado dispõe, como os tribunais de contas e a Controladoria Geral da União, são insuficientes para evitar ou pelo menos reduzir a corrupção.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) destacou a importância da transparência das informações sobre os gastos do dinheiro público.

Suassuna: crescimento exige menos burocracia

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) condenou a burocracia brasileira, especialmente no Judiciário e na legislação trabalhista, por considerar que ela entrava o desenvolvimento do país. Nesse sentido, o senador considera que o Senado terá grandes responsabilidades este ano na análise da nova Lei de Falências e da reforma do Judiciário — durante a convocação extraordinária do Congresso —, além da reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

— Temos que promover a modernização dessas leis. O corporativismo vai pressionar, mas teremos que fazê-la. É preciso desburocratizar para que o país entre definitivamente no ciclo de desenvolvimento e gere empregos — declarou.

Conforme Suassuna, atualmente, são necessários 159 dias para implantar uma microem-

presa, enquanto na Austrália esse prazo é de dois dias. Disse ainda que esse tipo de burocracia impede o crescimento e aumenta o custo Brasil, dificultando a entrada, principalmente de jovens, no mercado de trabalho. Essa situação deve ser enfrentada, pois, na opinião de Suassuna, o desemprego é o maior problema do momento.

No que diz respeito ao Judiciário, Suassuna classificou a Justiça como “uma vergonha nacional”. Os juízes, disse o senador, estão “sufocados em um mar de papel”, já que o Judiciário foi transformado em uma Justiça processual.

— Não culpo os juízes. A culpa é da sociedade que permitiu que a Justiça esteja dessa forma. A reforma do Judiciário está há mais de dez anos no Congresso e há muita resistência para mudar as rotinas já conhecidas — analisou, informan-



José Cruz

MODERNIZAÇÃO Ney Suassuna aponta responsabilidade do Senado com mudanças

do que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já vai começar a colher depoimentos de autoridades como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, que assumirá a presidência da instituição este semestre.

— Essa dívida, que pesa nas costas dos brasileiros e praticamente neutraliza o orçamento, vem da irresponsabilidade econômica das gerações passadas. O Brasil não se preocupou com dívidas. A solução deve vir das exportações e do que pode ser cortado de despesas — avaliou.

Estatuto do Idoso é auto-aplicável, diz Paim

Mas o governo, por meio de portaria, deve mostrar à sociedade como a lei funciona, ressalta o senador

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, esclareceu na sexta-feira, ao receber o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Resende Lima, acompanhado do conselho da entidade, que o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) é auto-aplicável e não precisa ser regulamentado pelo Congresso. No entanto, disse Paim, o governo precisa orientar a sociedade sobre a implementação do estatuto.

– O estatuto é auto-aplicável, não depende de mais nenhuma lei, mas é necessária a orientação dos ministérios sobre como fazer para evitar mal-entendidos – afirmou.

Paim sugere que a orientação venha na forma de portarias dos ministérios e órgãos da administração pública, com autoridade na área a que se referem os dispositivos do estatuto, acabando com as dúvidas e assegurando o cumprimento de todas as novas medidas de proteção aos idosos.

De acordo com o senador, o



ORIENTAÇÃO Paim esclarece aos conselheiros da Cobap que o estatuto não precisa ser regulamentado

Ministério dos Transportes, por exemplo, orientaria as empresas sobre como identificar os idosos carentes que não pagarão passagens interestaduais; o da Educação esclareceria as escolas sobre a inclusão das políticas para os idosos nos currículos; a Receita Federal instruiria os contribuintes sobre a dedução de Imposto de Renda para quem “adotar” um idoso; e caberia à Previdência Social habilitar cerca de 1 milhão de idosos que terão direito a receber um salário mínimo mensal.

Paim também conversou com a diretoria da Cobap sobre projeto de sua autoria, atualmente em tramitação nas comissões do Senado, determinando que os aposentados recebam o mesmo percentual de reajuste que for concedido ao salário mínimo.

▼ Prioridade em transportes e financiamentos

Aprovado por unanimidade em setembro do ano passado, após cinco anos de tramitação no Congresso, o Estatuto do Idoso tornou-se a Lei 10.741. No dia da sua aprovação, o presidente do Senado, José Sarney, destacou o projeto como “um marco da atual legislatura”. A proposta que deu origem à nova lei foi de

autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), quando ele ainda ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados. Entre os principais pontos do texto aprovado, estão:
– o desconto de pelo menos 50% no ingresso de atividades culturais, de lazer e esportivas, além da gratuidade nos transportes coletivos públicos

para os maiores de 65 anos;
– a reserva de duas vagas gratuitas, por veículo, no transporte coletivo intermunicipal e interestadual, para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e desconto de 50% para os idosos de mesma renda que excedam essa reserva;
– a prioridade na tramitação

dos processos judiciais nos quais pessoas acima de 60 anos figurem como litigantes;
– a vedação de qualquer discriminação na cobrança de valores diferenciados em razão da idade, nos planos de saúde;
– a prioridade na compra de moradia nos programas habitacionais, mediante reserva de 3% das unidades.



Senadores comparecem à missa de sétimo dia por dona Kyola

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na quinta-feira, em São Luís, cumprimentos de várias autoridades que compareceram à missa de sétimo dia pela morte de sua mãe, dona Kyola,

falecida no dia 16, aos 94 anos. A cerimônia foi realizada na Catedral da Sé de São Luís, que estava completamente tomada por convidados e cidadãos maranhenses.

Estiveram presentes à missa

os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), João Ribeiro (PFL-TO), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), José Maranhão (PMDB-PB), Mão San-

ta (PMDB-PI), Valmir Amaral (PMDB-DF), Papaléo Paes (PMDB-AP), João Alberto Souza (PMDB-MA), Heráclito Fortes (PFL-PI), Renan Calheiros (PMDB-AL), Maguito Vilela (PMDB-GO), Garibaldi Alves

Filho (PMDB-RN), Demostenes Torres (PFL-GO) e Edison Lobão (PFL-MA).

Também compareceram à missa deputados federais e dois governadores de estado (João Alves e Waldez Góes).

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Valdir Raupp, Eurípedes Camargo e Mozarildo Cavalcanti

Hemocentros de referência

Acre – Av. Getúlio Vargas, nº 2.787, Vila Ivonete – CEP 69914-500
Rio Branco (AC) Tel: (68) 228-1494

Alagoas – Av. Jorge de Lima, nº 58, Trapiche da Barra – CEP 57010-300
Maceió (AL) Tel: (82)315-2106

Amapá – Av. Raimundo Álvares da Costa, s/nº, Jesus de Nazaré
CEP 68908-170 Macapá (AP)
Tel: (96) 212-6139

Amazonas – Av. Constantino Nery, nº 3.240 – CEP 69055-200
Manaus (AM) Tel: (92) 656-4020

Bahia – Av. Vasco da Gama, s/nº
Rio Vermelho – CEP 40240-090
Salvador (BA) Tel: (71) 357-0900

Ceará – Av. José Bastos, nº 3.390, Rodolfo Teófilo – CEP 60435-160 Fortaleza (CE)
Tel: (85) 433-4364

Distrito Federal – SMHN Quadra 3, Conj. A – CEP 70710-100 Brasília (DF)
Tel: (61) 327-4462

Espírito Santo – Av. Marechal Campos, nº 1.468, Maruípe – CEP 29040-090 Vitória (ES) Tel: (27) 3137-2462

Goiás – Av. Anhanguera nº 5.195, Setor Coimbra – CEP 74535-010 Goiânia (GO)
Tel: (62) 291-5020

Maranhão – Rua 5 de Janeiro, s/nº, Jordoa – CEP 65040-450 São Luís (MA)
Tel: (98) 216-1100

Mato Grosso – Rua 13 de junho, nº 1.055 Centro – CEP 78005-100 Cuiabá (MT) Tel: (65) 623-0044

Mato Grosso do Sul – Av. Fernando Correia da Costa, nº 1.304
CEP 79004-310 Campo Grande (MS)
Tel: (67) 312-1500

Minas Gerais – Rua Domingos Vieira, nº 319, 2º andar, Santa Efigênia
CEP 30150-240 Belo Horizonte (MG)
Tel: (31) 3241-6333

Pará – Trav. Padre Eutíquio, nº 2.109, Campos – CEP 66033-000 Belém (PA)
Tel: (91) 242-6905

Paraíba – Av. D. Pedro II, 1.119, Torre CEP 58040-013 João Pessoa (PB)
Tel: (83) 218-7610

Paraná – Travessa João Prosdócimo, nº145 – CEP 80060-220 Curitiba (PR) Tel: (41) 362-2030

Pernambuco – Av. Ruy Barbosa, nº 375
CEP 52011-040 Recife (PE)
Tel: (81) 3416-5430

Piauí – Rua Álvaro Mendes, nº 1.988, CEP 59015-350 Teresina (PI)
Tel: (86) 221-4927

Rio de Janeiro – Rua Frei Caneca, nº 8
CEP 20211-030 Rio de Janeiro (RJ)
Tel: (21) 2509-1290

Rio Grande do Norte – Av. Adm. Alexandrino de Alencar, s/nº, Tirol
CEP 59015-350 Natal (RN)
Tel: (84) 232-6702

Rio Grande do Sul – Av. Bento Gonçalves nº 3.722, Partenon
CEP 90650-001 Porto Alegre (RS)
Tel: (51) 3336-6755

Rondônia – Av. Circular II, s/nº, Setor Industrial – CEP 78900-970
Porto Velho (RO) Tel: (69) 216-5489

Roraima – Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, s/nº – CEP 69304-650
Boa Vista (RR) Tel: (95) 623-1990

Santa Catarina – Av. Othon Gama D'êça, nº 756, Praça D. Pedro I
CEP 88015-240 Florianópolis (SC)
Tel: (48) 251-9700

São Paulo – Av. Enéas Carvalho Aguiar, nº 155, 1º andar, Pinheiros
CEP 05403-000 São Paulo (SP)
Tel: (11) 3085-9484

Sergipe – Av. Trancredo Neves, s/nº, Centro Adm. Gov. Augusto Franco
CEP 49080-470 Aracaju (SE)
Tel: (79) 259-3191

Tocantins – 301 Norte Conj. 02 Lt. I
CEP 77030-010 Palmas (TO)
Tel: (63) 218 3282

CIDADANIA ESPECIAL

Ano II – Nº 15* – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 26 de janeiro de 2004

Número de doadores de sangue precisa aumentar

Menos de 2% dos brasileiros doam sangue anualmente. O número ideal, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), deveria ser de 3% a 5% da população. Com a falta de sangue e derivados, hospitais e bancos de sangue não conseguem atender à demanda. Não são só pessoas acidentadas ou que sofrem cirurgias que precisam de transfusões,

mas centenas de doentes, como aqueles vítimas de queimaduras, hemofílicos e anêmicos, também necessitam com regularidade.

Doar sangue não vicia, não engrossa o sangue, nem contamina o doador, como apregoam alguns ditos populares equivocados. O processo, que segue normas da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), é se-

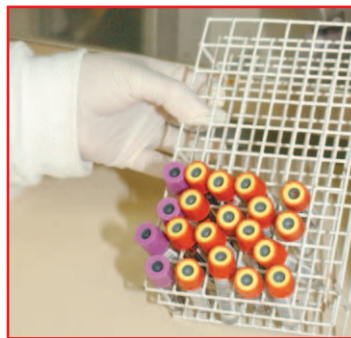
guro e não causa nenhum dano à saúde.

Neste Especial Cidadania saiba quais são as condições e a importância da doação, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, quando cai o número de doações. O leitor também pode obter informações pelo Disque Saúde – 0800 61 1997 –, do Ministério da Saúde. A ligação é gratuita.

Oxigênio é distribuído pelo sangue

O sangue é indispensável à sobrevivência. Responsável pela distribuição de oxigênio e substâncias nutritivas em todo o organismo, ele é produzido na medula óssea dos ossos chatos, vértebras, costelas, quadril, crânio e externo. Nas crianças, também os ossos longos, como o fêmur, produzem sangue.

Composto por plasma (constituído por água, proteínas e sais), hemácias (glóbulos vermelhos), leucócitos (glóbulos brancos) e plaquetas (células responsáveis pela coagulação), o sangue é um teci-



INCIDÊNCIA A maior frequência entre os brasileiros é o sangue tipo O

do viscoso e vermelho.

Uma pessoa adulta tem, em média, cinco litros de sangue

no corpo. São quatro os grupos sanguíneos encontrados entre as pessoas: os tipos A, B, O e AB, que também são classificados conforme o fator Rh – positivo ou negativo.

A maior frequência entre os brasileiros é o grupo O, seguido do tipo A, do B e por último o AB. Um indivíduo com tipo de sangue O negativo é chamado de doador universal porque pode doar para qualquer pessoa. Já o indivíduo com tipo AB positivo é chamado de receptor universal porque pode receber de qualquer doador.

Voluntário deve ter boa saúde

A cada doação, o máximo de sangue retirado é de 450ml e o mínimo de 300ml. O homem pode doar a cada 2 meses e a mulher de três em três meses. Para doar, procure o hemocentro ou o hospital de sua cidade.

Antes da coleta, serão aferidos pressão arterial, temperatura, pulso, altura e peso do candidato. Além disso, o voluntário deve responder a um questionário sobre seu histórico de saúde. Após a coleta, o doador deve permanecer no local por mais 15 minutos, ingerir líquidos, não fazer exercícios físicos nem ingerir bebidas com álcool. Uma doação pode ajudar de duas a quatro pessoas. Amostras do sangue colhido são encaminhadas para exames que detectem infecções e doenças como sífilis, hepatite B e C, Chagas, HTLV I e II. Todos os resultados são encaminhados ao doador.



Condições para doar

- Gozar de boa saúde.
- Não estar tomando medicamentos no dia anterior à doação.
- Ter entre 18 e 65 anos de idade.
- Pesar acima de 50 quilos, descontando o vestiário.
- Apresentar documento de identificação com foto.
- Ter dormido pelo menos seis horas na noite anterior à doação.
- Não ter ingerido bebida alcoólica nas últimas 24 horas.
- Não estar em jejum.

Quem não pode doar

- Portadores de doenças infecto-contagiosas como chagas, malária, hepatite e Aids ou doenças sexualmente transmissíveis.
- Parceiros sexuais de pessoas infectadas pelo HIV.
- Homens ou mulheres com múltiplo (as) parceiros (as) e que não usam preservativos.
- Pessoas que fazem uso de drogas injetáveis.
- Mulher grávida, amamentando ou que teve aborto nos últimos três meses.



SOLIDARIEDADE A doação é um ato voluntário e o pagamento é proibido por lei

Legislação e propostas em tramitação

A doação de sangue está regulamentada pela Lei 10.205/01, que também estabeleceu as normas referentes à coleta, ao processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados.

Segundo a legislação, o ato de doar é voluntário e a sua remuneração é proibida. O voluntário tem direito a um atestado de doação. Estão dispensados do ponto, sempre que forem doar, os servidores públicos. Já os trabalhadores de empresas privadas, a dispensa vale uma vez por ano.

Para aumentar a captação de doadores, o então senador Carlos Bezerra apresentou proposta (PLS 207/02) para eliminar o limite de idade para o doador, que é de 65 anos. O projeto aguarda decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Em sua justificativa, Carlos Bezerra argumenta que a norma adotada é injusta, discriminatória e prejudicial à sociedade, uma vez que acima desse limite de idade milhares de pessoas gozam de boa saúde e poderiam continuar doando sangue. Bezerra acrescentou pesquisas que mostram que o grupo com maior idade apresentava um perfil de maior confiabilidade e indicadores pós-doença melhores.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aguardam exame outros dois projetos relacionados ao tema. Proposta do então senador Lúcio Alcântara propõe a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos para os doadores de sangue regulares (PLS 202/00). Projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) exige a identificação sanguínea (tipo e fator Rh) na certidão de nascimento dos recém-nascidos. O projeto (PLS 292/03) altera a Lei de Registros Públicos. Para Tebet, a medida facilitará a adoção de cuidados médicos em quaisquer urgências.

*O Especial Cidadania publicado na edição de nº 1.849, de 13 a 15 de dezembro de 2003, foi identificado erroneamente como o de nº 15, mas se tratava do nº 14.